

## **Relatos e avanços do turismo em municípios carcerários: um estudo no “fundão” do Estado de São Paulo.**

**Resumo:** A presente investigação é norteada a partir de uma das dinâmicas ocorrida após a instalação das unidades prisionais, ocasionada devido a chegada de visitantes de presos que demandam serviços de hotelaria e alimentação no local, com o recorte temático será a microrregião de Presidente Prudente. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é compreender a composição dos municípios referente à oferta destes equipamentos e a organização política do mesmo. A metodologia utilizada foi o levantamento de dados do TripAdvisor que permitiu o informe da oferta turística dos municípios e, mediante das pesquisas bibliográficas e documentais, foi possível constatar se as gestões municipais estão participando do planejamento nos três níveis. Pode-se verificar que os municípios estão estruturados de maneira diferenciada em detrimento da oferta turística identificada e do rol do poder público, por fim ao articular os resultados, suscitamos a atuação do bacharel em turismo em prol de ações estratégicas nestes municípios.

**Palavras-chave:** Municípios carcerários; turismo familiar; visitantes e planejamento do turismo.

**Abstract:** The present investigation is guided by one of the dynamics that occurred after the installation of the prison units, caused by the arrival of visitors of prisoners who demand hospitality and food services on site, with the thematic clipping will be the the microregion of Presidente Prudente. In this sense, the objective of this article is to understand the composition of the municipalities regarding the supply of these equipments and the political organization of it. The methodology used was the survey of TripAdvisor data that allowed the report of the tourist offer of the municipalities and, through the bibliographical and documentary research, it was possible to verify whether the municipal administrations are participating in the Planning in the three levels. It can be verified that the municipalities are structured in a differentiated way to the detriment of the touristic offer identified and the list of the public power, in order to articulate the results, we raise the role of the Bachelor in Tourism in favor of strategic actions in these municipalities.

**Key-Words:** Prison municipalities; Family tourism; Visitors and tourism planning.

### **1 INTRODUÇÃO**

A presente proposta é estudar a atividade turística despertada após as consequências e transformações recentes nas políticas de criação de estabelecimentos criminais no Estado de São Paulo.

O encadeamento com o turismo se dá em função do intenso fluxo de visitantes, especialmente nos finais de semana que chegam nas cidades interioranas sedes de estabelecimentos prisionais, esta movimentação faz com que os municípios presenciem uma pequena ampliação através da criação de novos empreendimentos envolvidos como a oferta turística, sendo pensões, pequenos hotéis e estabelecimentos alimentícios, e também como serviços essenciais, a exemplo de supermercados, padarias e lojas (CESCON; BAENINGER, 2010).

Automaticamente ao receber uma unidade prisional, o município cria uma camada econômica, isto é, unidades prisionais contribuem na geração de negócios e empregos no interior de São Paulo, conforme relata o portal do governo paulista (2011, s/p), “Ao redefinir como destino de migração regiões que tradicionalmente expulsavam a

população local, em razão da falta de oportunidades, os presídios provocaram um impacto demográfico, econômico e social na região”. Nesta perspectiva, as taxas de desemprego nas cidades interioranas podem diminuir ao adquirir uma unidade prisional, devido à criação de concursos públicos.

O estabelecimento prisional atinge distintas áreas, precisamente para o setor econômico que atende os visitantes, porém tal situação por vezes é omitida pelos gestores públicos ao relacionar à atividade turística em relação aos estabelecimentos diretamente ligados a esse setor. Há uma sensação neste caso na relação do turismo e a visitação de familiares que persiste em gerar tanto uma insegurança na população local, quanto a preocupação de causar o afastamento de turistas a essas cidades.

Observando tal situação, o objetivo deste trabalho é apresentar a organização da turística do fundão<sup>1</sup> do estado de São Paulo. Dada a abrangência e quantidade de municípios presente nesta região, que são 108, o recorte temático será da microrregião de Presidentes Prudente, especificamente das cidades que possuem as categorias de unidades prisionais<sup>2</sup>. Sendo assim, será demonstrado qual é o cenário turístico de maneira singular, compreendendo a realidade da oferta turística e as políticas públicas.

Com este objetivo geral em mente, os objetivos específicos deste artigo serão:

- Compreender a participação dos municípios no tripé da administração pública/turística.
- Levantar quantitativamente o mercado receptivo dos municípios;
- Discutir a importância do planejamento turístico nestes municípios, acorrentando a discussão com a temática do evento: “Competências Profissionais e Mercado de Trabalho no Turismo”.

## 2 PASSOS METODOLÓGICOS

---

<sup>1</sup> Gíria utilizada pelo grupo de visitantes que se deslocam da capital de São Paulo até o interior do estado, esta expressão tem o intuito de demonstrar a longura que é chegar até tais municípios.

<sup>2</sup> Penitenciárias, centros de detenção provisória, centro de progressão penitenciária, centros de ressocialização, centro de readaptação penitenciária e hospitais psiquiátricos, são as categorias das unidades prisionais.

O conteúdo apresentado é parte inicial de uma pesquisa de caráter exploratório, a qual seus resultados são provindos de uma pesquisa de iniciação científica em andamento<sup>3</sup> que utiliza um dos municípios, como estudo-piloto. O projeto de pesquisa apresenta uma aproximação entre o universo carcerário e seus impactos diante das visitas e suas consequências que possibilitem um planejamento dos serviços e equipamentos que envolvam o turismo.

Os objetivos específicos deste artigo foram alocados em forma de quadros, o intuito é transmitir a metodologia de uma forma segmentada, porém compreensiva.

Quadro 1: Objetivo específico 1.

Compreender a participação dos municípios na administração pública/turística.	
Metodologia	Para compreender qual é o posicionamento do turismo nos municípios em respeito às três esferas do poder: municipal, estadual e federal. Foi feita uma pesquisa bibliográfica e documental no site de cada município, nas resoluções do governo estadual, e na plataforma de mapeamento do Ministério do Turismo, onde haverá informações vigentes que constam os municípios pleiteados.
Apoio e local de pesquisa	Laboratório de práticas em turismo, planejamento e sustentabilidade – LABTUR e biblioteca da UNESP de Rosana.
Resultados Esperados	Obtenha resultados que comprovam a conjuntura da política dos municípios estão inseridos. Objetiva-se trazer essa especificação em forma simplificada através de uma tabela. Consequentemente, este levantamento inicial permitirá o conhecimento de quais atores estimula as atividades turísticas nos municípios e possibilitando assim, a próxima etapa da pesquisa.

Fonte: Autores (2019).

Quadro 2: Objetivo específico 2.

Levantar quantitativamente o mercado receptivo dos municípios.	
Metodologia	Pesquisaremos os principais equipamentos turísticos de um mercado receptivo, e mais utilizado pelos visitantes, a hotelaria e restaurantes, utilizando a principal ferramenta de promoção, a internet através do site TripAdvisor.
Apoio e local de pesquisa	Laboratório de práticas em turismo, planejamento e sustentabilidade – LABTUR e biblioteca da UNESP de Rosana.
Resultados Esperados	Atingir o conhecimento sobre a oferta turística presentes nestes municípios.

Fonte: Autores (2019).

<sup>3</sup> Processo FAPESP (número omitido).

Quadro 3: Objetivo específico 3.

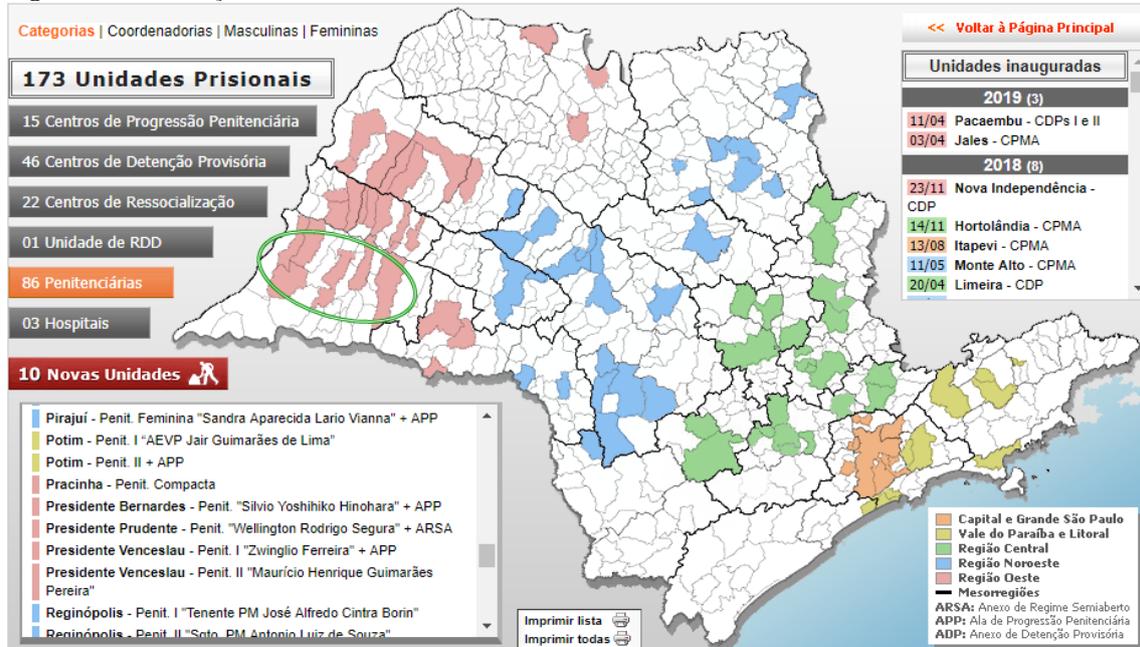
Objetivo específico 3: Discutir a importância do planejamento turístico nestes municípios, unificando a discussão com o tema do evento: “Competências Profissionais e Mercado de Trabalho no Turismo”.	
Metodologia	Pesquisa bibliográfica sobre os conceitos nas quais pautam o papel do profissional do turismo.
Apoio e local de pesquisa	Laboratório de práticas em turismo, planejamento e sustentabilidade – LABTUR e biblioteca da UNESP de Rosana.
Resultados Esperados	Redigir às razões para os profissionais em iniciar um processo de implementação de políticas e estudo sobre o turismo nos municípios carcerários. Com esta projeção será possível estimular a atuação dos gestores municipais de turismo frente ao cenário prisional e sua visitação em cada cidade.

Fonte: Autores (2019).

### 3 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DO REGIONAL DAS UNIDADES PRISIONAIS

A microrregião de Presidente Prudentes, possui seis municípios sedes de unidades prisionais, todas com a categoria de penitenciária. As cidades que tem a posse das penitenciárias são: Marabá Paulista, Caiuá, Presidente Venceslau, Presidente Bernardes, Presidente Prudente e Martinópolis.

Figura 1 - Delimitação do local de estudo.



Fonte: SAP. Org.: Autores (2019).

Algumas características em comum nas cidades que concentram populações carcerárias no fundão, a primeira, é o fato de serem cidades pequenas, melhor exemplificando, o número de habitantes, não privados da liberdade. Neste caso, apenas Presidente Prudente apresenta 207.610 habitantes, os demais não ultrapassam de 50 mil (IBGE, 2019). Outro detalhe, é a localização das penitenciárias que costumam ser afastadas do núcleo urbano, nestes municípios todas as unidades estão construídas nas rodovias e estradas próximas às cidades. Por fim, os dias de visita, seja para íntima ou social, são exclusivamente nos finais de semanas, nas penitenciárias em estudo, elas ocorrem nos sábados e domingo, durante o período da manhã<sup>4</sup>.

De acordo com Góes e Makino (2002) a opção pelos municípios interioranos deve-se, em grande medida, à crise fiscal e orçamentária do governo estadual no início da década de noventa até os anos dois mil adjunto da política de interiorização penitenciária, termo utilizado por pesquisadores que relata o maior período de expansão paulista ocorrida entre 1997 e 2007.

Ainda em relação à distância, a maior parte das novas penitenciárias – unidades para presos condenados – foi construída a mais de 500 km da capital (caso de Dracena, Pracinha, Osvaldo Cruz e Reginópolis), [o município de Dracena faz parte da região administrativa de Presidente Prudente, sendo assim, a região delimitada faz parte deste caso] de e consumiu R\$ 218 milhões, ou 31% do total. Dentre inúmeras implicações, essa distância acarretará maior gasto no deslocamento dos presos para audiências e escoltas na capital ou na região metropolitana, além de confrontar diretamente a Constituição Brasileira que proíbe pena de banimento e que garante o direito aos presos de receber visitas (ZOMIGHANI, p. 119, 2014, comentário nosso).

A distância e o período de criação abordados por ambos autores, se conecta com os dados das penitenciárias da nossa região em estudo, conforme visualizado na tabela 1.

Tabela 1 - Dados das penitenciárias da região.

<b>Município</b>	<b>Capacidade</b>	<b>População Carcerária</b>	<b>Regime</b>	<b>Ano de Inauguração</b>
Caiuá	847	-	-	Em construção
Martinópolis	872	2164	fechado	17/03/1999
Marabá Paulista	844	1680	fechado	04/02/2005
Presidente Bernardes	1247	2304	fechado	16/11/1990
Presidente Prudente	696	1338	fechado e semiaberto	23/04/1990
Presidente Venceslau	2061 <sup>1</sup>	1304 <sup>2</sup>	fechado	23/10/1999

Fonte: SAP (abril, 2019). Elaborado pelo autor.

<sup>1</sup>Capacidade de ambas penitenciárias em Presidente Venceslau.

<sup>4</sup> Os dias de visita nas unidades prisionais em prol das penitenciárias é decidida pela Secretaria da Administração Penitenciária, do Governo do Estado de São Paulo.

<sup>2</sup> População de ambas penitenciárias em Presidente Venceslau.

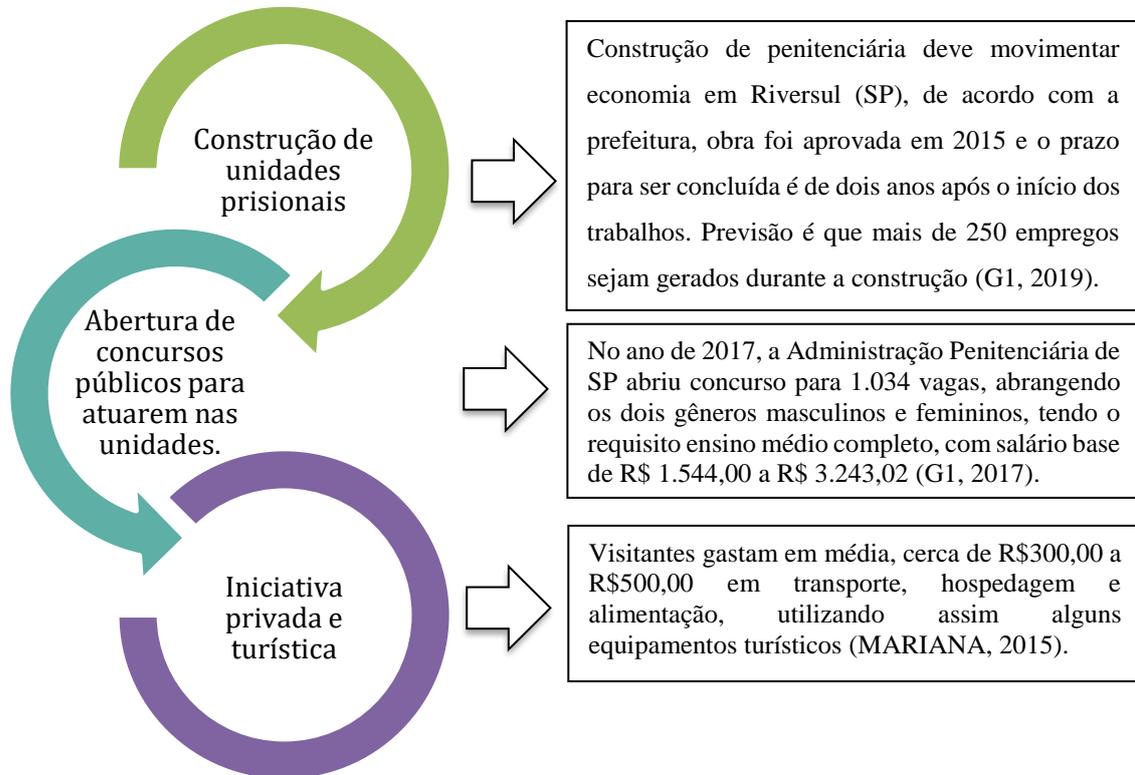
Todos os municípios estão distantes em um raio de 500 km da capital paulista. O primeiro a receber foi Presidente Prudente, em seguida de Presidente Bernardes, Martinópolis, Presidente Venceslau, Marabá e atualmente Caiuá (2019), está pleiteando o recebimento de uma unidade prisional. Os dados expostos na tabela 1, também revelam parte do sistema carcerário paulista, onde o número da população privada de liberdade salta sobre a capacidade nos municípios, salvo Presidente Venceslau que supre a demanda de detentos e Caiuá que ainda não teve a inauguração do presídio, importante salientar que todas as prisões abrigam encarcerados do gênero masculino. A tendência é, quanto mais o número de preso, maior o número de familiares a realizar as visitas sociais e/ou íntimas.

#### **4 COMPREENSÃO DA OFERTA TURÍSTICA**

Devido ao processo de interiorização das unidades prisionais, os familiares dos detentos residem em municípios, cidades e regiões relativamente distantes, são oriundos principalmente da capital de São Paulo, esse público viaja de seu local de origem até o interior e a conduta é pernoitar o fim de semana.

Este fluxo constante de visitantes transforma os municípios aos poucos, sustentando a terceira etapa do ciclo do econômico, elaborado após as observações feitas à site de notícias que proporcionaram a criação da figura 2, nela se aplica as intergerações em cada camada socioeconômica quando uma penitenciária é instalada no Estado de São Paulo. Portanto, é necessário ter a concepção de como se configura o turismo e se há serviços e políticas que estão a serviço deste grupo.

Figura 2: Aspectos econômicos criados a partir de uma unidade prisional.



Org.: Autores (2019).

O quadro 4, sintetiza o primeiro e o segundo objetivo deste artigo. Desse modo, foram identificados a existência dos atores federais, estaduais e municipais, sendo os agentes do planejamento da atividade. Novo e Silva ao se referirem aos atores do planejamento expõem “para que o turismo se desenvolva organizada e ordenadamente em uma determinada localidade, ele depende de alguns “atores”, entre os quais está o Estado, que pode ser representado pelo **Governo Federal, estadual ou municipal**” (NOVO; SILVA, p. 41, 2010, grifo nosso).

A Lei Complementar nº1.261/15 é o diploma legal que disciplina os critérios para a classificação dos Municípios Turísticos e a tramitação dos projetos de lei que objetivam classificar municípios como Estância Turística (ET) ou Município de Interesse Turístico (MIT). De acordo com a LC 1.261/15, tanto as Estâncias quanto os MIT são considerados Municípios Turísticos, ou seja, municípios que apresentam expressivos atrativos naturais, culturais e artificiais com uso público e turístico. O que distingue um do outro é o fato do fluxo turístico, infraestrutura turística ou básica e principalmente, quantia de recursos, e

o MIT recebe aproximadamente meio milhão de reais sob demanda de projetos, já a ET pode receber investimento entre dois milhões à vinte milhões reais (DADETUR, 2018).

Em 2015, o Ministério do Turismo iniciou a categorização dos municípios nas regiões turísticas a nível nacional. A partir de quadro indicadores econômicos: número de empregos, estabelecimentos formais em hospedagem, estimativas de fluxo domésticos e internacional, essas variáveis definem o grupo do município, de A até E. A categoria “A” representa as cidades com maior fluxo turístico e maior número de empregos e estabelecimentos no setor de hospedagem e a D e E, reúne os municípios de menor fluxo de turistas e empregos formais no setor (BRASIL, 2019).

Considerando os preceitos apresentados, identifica-se as principais ações do Estado para prover a atividade turística na esfera estadual e federal. Nesta conjuntura, há o conhecimento prévio de que os visitantes em uma cidade sede prisional tende de usufruir apenas as seguintes infraestruturas: meios de hospedagem e alimentação, por isso a busca se restringiu em ambas.

A explanação do quadro 4, na próxima página, apresenta a composição da administração municipal, MIT e da categorização do Ministério do Turismo da região em estudo, temos:

Quadro 4 – Catalogação da oferta e política voltados ao turismo na região.

Municípios	Infraestrutura		Atores		
	Hoteleira	Estabelecimentos alimentícios	Municipal	Estadual	Federal
Caiuá (SP)	-	1	Organograma não possui secretaria ou departamento voltado ao planejamento do turismo.	Não possui o título de MIT ou ET.	Não faz parte do programa de regionalização do Turismo, organizado pela Mtur.
Martinópolis (SP)	3	12	Possui um departamento de turismo.	É Município de Interesse Turístico - MIT.	Faz parte do programa de regionalização do Turismo, integrante da RT Sol do Oeste, tendo a categoria D.

Municípios	Infraestrutura		Atores		
	Hoteleira	Estabelecimentos alimentícios	Municipal	Estadual	Federal
Marabá Paulista (SP)	-	5	Organograma não possui secretaria ou departamento voltado ao planejamento do turismo.	Não possui o título de MIT ou ET.	Não faz parte do programa de regionalização do Turismo, organizado pela Mtur.
Presidente Bernardes (SP)	3	11	Organograma não possui secretaria ou departamento voltado ao planejamento do turismo.	Não possui o título de MIT ou ET.	Não faz parte do programa de regionalização do Turismo, organizado pela Mtur.
Presidente Prudente (SP)	19	21	Possui uma secretaria municipal de turismo.	Não possui o título de MIT ou ET.	Faz parte do programa de regionalização do Turismo, integrante da RT Sol do Oeste, tendo a categoria B.
Presidente Venceslau (SP)	4	20	Possui uma secretaria municipal de turismo.	Não possui o título de MIT ou ET.	Não faz parte do programa de regionalização do Turismo, organizado pela Mtur.

Org.: Autores (2019).

No quadro 4, foi figurado apenas números quantitativos sobre a oferta, formalmente aqueles que são inseridos nos sites de busca, no total, os municípios apresentam uma oferta de noventa e nove estabelecimentos ligados à oferta turística, sendo setenta estabelecimentos alimentícios que envolve a rede de restaurante, bares etc., e vinte e nove correspondendo os meios de hospedagem.

Há possibilidade de existirem outros estabelecimentos hoteleiros e alimentícios nestes municípios, uma vez que o público chega permanece no município acima de vinte

quatro horas<sup>5</sup>, entretanto esses serviços não estão cadastrados nas bases pesquisadas, o que pode caracterizar que não estão legalmente inseridos no comércio formalizado.

Ainda sobre o quadro 4, os dados elucidam a configuração do cenário de serviços turísticos da região. No que se diz a respeito da administração pública, apenas três municípios possuem departamento/secretaria com foco no planejamento do turismo, que são: Martinópolis, Presidente Prudente e Venceslau, já Caiuá, Marabá e Presidente Bernardes não possuem nenhum órgão em questão.

Em relação a política estadual 1261/15, unicamente o município de Martinópolis cumpriu todos os requisitos da lei, e em 2017 se tornou Município de Interesse Turístico. Conforme a posição e reconhecimento de município turístico no Ministério do Turismo, há dois municípios, Martinópolis e Presidente Prudente, o primeiro com a classificação D e o outro com B, ambos são integrante da Região Turística Sol do Oeste. A categorização (nomenclatura de A até E) e estar inserido na regionalização, permite aos municípios participarem de linhas de fomento do MTur e utilizar verbas federais sob demanda de editais e projetos.

A ênfase em Martinópolis na superestrutura é favorável, já que a gestão possui em seu conjunto administrativo gestores trabalhando essencialmente para o turismo, além da nomenclatura de Município de Interesse Turístico pelo governo do Estado e a presença no mapa de turismo pelo Ministério do Turismo. Um problema evidente, é a questão da ausência ao mencionar a unidade prisional e seus respectivos visitantes em seu plano diretor de turismo, em uma análise breve observou-se que o documento não aponta dados ou ações de sua particularidade, em ser sede de uma unidade prisional.

Nota-se a omissão de dados referente aos visitantes, como salienta Cabral e Medeiros (p. 62, 2015):

[...] os parentes do amor do crime sofrem com o sofrimento tanto quanto o próprio indivíduo. Não raras vezes são taxados como pessoas de má conduta e caráter, as quais colocam em risco a paz de outras famílias ao seu redor. Tais atribuições contribuem para a obstrução das relações sociais dessas pessoas, que nada podem fazer mudar essa realidade. Acontece que a própria sociedade se encarrega de fortalecer as práticas de banimento e ostracismo impostos aos presos e seus familiares, corroborando para sua segregação.

---

<sup>5</sup> Os resultados do município de Presidente Bernardes, por exemplo, da quantidade da oferta hoteleira foram obtidos através conversas rápidas com as meninas que realizam visita na penitenciária denominada Silvio Yoshihiko Hinohara, os três estabelecimentos citados não foram encontrados nos sites de busca.

A não consideração deste público na política municipal impede em partes o avanço de ações que envolvam a melhoria da infraestrutura turística municipal. Conforme explica Netto (2010, p. 52-53), turista é definido como “visitante temporal que permanece 24 horas no destino [...]”, e visitante é o sinônimo de turista, e ambos estão envolvidos com a experiência e a atividade turística.

Enquanto prática, seria prudente que os dados estatísticos relativo a esse público, estivessem inseridos no plano diretor de turismo, para que em uma próxima edição de revisão deste plano, informações dos familiares de presos pudessem estar descritos, e contribuíssem ao planejamento.

#### **4. POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO DO TURISMO E PROFISSIONAIS EM MUNICÍPIOS SEDES DE UNIDADES PRISIONAIS**

Mas como melhorar essa situação? Como um turismólogo deve se comportar diante este caso em tela?

Os sujeitos responsáveis do departamento de turismo e pela elaboração de planos e projetos com o intuito do desenvolvimento turístico, como apontam Herzer, Lescura e Fonseca Filho (2016), são geralmente pessoas comissionadas que possuem ensino superior de outras áreas e não de bacharel em turismo. Este fato implica certos equívocos cometidos por alguns secretários e funcionários.

A partir disto, surge a importância em se atuar de maneira responsável sobre o planejamento e execução de atividades de cunho turístico. Sobre planejamento, Barreto (1995), já destacava que a partir da afirmação de que o turismo é uma das atividades que oferece uma gama de possibilidades de entretenimento e lazer, oportuniza geração de empregos e subempregos e induz os prestadores de serviços para melhorar a qualidade de atendimento.

Esse pensamento é nomeado como “[...] turismo de boa qualidade” (p. 99, 1995), tal iniciativa só poderá ser atingida quando o poder público tiver bons recursos humanos com profissionais adequados.

De acordo com Herzer, Lescura e Fonseca Filho (p. 8, 2016) os cursos de turismo estão diretamente relacionados “[...] com o planejamento do turismo, seja na gestão, nas estratégias, nas políticas públicas etc. Fazendo com que os conhecimentos técnicos em

planejamento sejam uma identidade do bacharel em turismo”. Assim, compreende-se que os bacharéis em turismo têm total aptidão para atuar nos órgãos privados e públicos à nível nacional onde foi dada a possibilidade de se profissionalizar/trabalhar área e aplicar a prática em municípios que apresentam potencial turístico e, por esse motivo, requerem profissionais aptos.

O conhecimento sobre turismo vai além do planejamento, o turismólogo obtém conhecimento de disciplinas base como sociologia, antropologia, ciência política, recursos humanos, marketing, ecologia, história e psicologia (DENCKER, 1998).

Por abrigar um conhecimento multidisciplinar, o turismólogo é um dos únicos profissionais em uma gestão pública que pode compreender a dinamização do fluxo específico e promover ações por meio de projetos específicos na área do turismo. A realidade é que há uma movimentação econômica em virtude do deslocamento e do período dos visitantes no município, entretanto, essa ainda não está quantificada. Somente após os estudos envolvendo o planejamento, será possível traçar estratégias de organização do espaço para atender de maneira satisfatória as pessoas que chegam ao município, ao mesmo tempo executar ações complementares para diminuir a sensação de segregação entre os visitantes e população local.

Observado os resultados junto aos municípios estudados verificou-se um novo dinamismo da contribuição do bacharel em turismo, que é o planejamento e desenvolvimento de ações que possam atender os visitantes nessas cidades, de uma forma a criar em sua permanência junto ao município um ambiente propício ao consumo de serviços que estejam envolvendo a atividade turística como ocorre atualmente.

Serviços que são caracterizados como oferta de serviço de atendimento ao turista em outros municípios particularmente atende um público de visitantes a qual não são caracterizados como tal por serem excursionistas ou por preconceito local ao omitir tal público na cidade.

A utilização da hotelaria e alimentação, especificamente do setor turístico e entende-se ainda que essas pessoas podem utilizar outras áreas de saúde, lazer e etc, no município com a criação de um departamento que possa avaliar os anseios deste consumidor que não é turístico, mas que pode além dos serviços diretamente ligados podem atender a questão do lazer.

Observou-se durante a pesquisa junto aos municípios que a visão do bacharel em turismo diante de tal público é de integrar as práticas e teorias de planejamento para buscar alternativas de atendimento adequado aos visitantes, sendo algumas alternativas apontadas a seguir:

- Formar um departamento ou secretaria na estrutura administrativa municipal que englobe políticas específicas para o turismo (se não houver);
- Incluir em suas pesquisas e planos diretores, dados sobre a visitação carcerária;
- Procurar formalizar os serviços informais;
- Encorajar futuros empresários na criação de equipamentos hoteleiros de baixo custo, exemplo hostels.
- Identificar possíveis recursos e transformá-los em atrativos turísticos;
- Buscar induzir os visitantes participarem da atratividade turística do município (se houver);
- Criar espaços públicos, tais como estacionamento, sombreiros e locais para instalação de barracas;
- Revitalizar pontos de táxis e oferecer qualificações para os taxistas.

Os apontamentos são iniciais, e o bacharel em turismo tem a capacidade de direcionar alternativas e realizá-las de acordo com a realidade, além da habilidade de evocar a atividade turística nestes lugares<sup>6</sup>. Tornou-se evidente que essa tarefa não é cumprida na Microrregião de Presidente Prudente, a ausência deste ato condiz particularmente com a falta de um profissional em adotar as medidas corretas nos órgãos administrativos municipais.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho é um estudo preliminar indicativo do turismo socio/familiar prisional, uma vez que a atividade se manifesta fundamentada através da motivação dos parentes em ver o ente encarcerado, algo que acontece habitualmente nas penitenciárias e outros estabelecimentos congêneres, nos municípios onde estão ou serão instalados na

---

<sup>6</sup> Com o argumento utilizado anteriormente, levando em consideração o comportamento do público que utiliza apenas as infraestruturas citadas, não houve a pesquisa sobre a atratividade dos municípios.

microrregião de Presidente Prudente no Estado de São Paulo. A perplexidade e estranheza do tema turismo e a realidade da visitação carcerária, torna o assunto pouco estudado.

Percebe-se o elo da oferta turística com as políticas públicas em diferentes esferas, em particular expõe o planejamento do turismo em si e a maior composição de equipamentos turísticos. Logo, entender os municípios e sua relação com o turismo foi essencial, basicamente na conjuntura política, o município de Martinópolis possui um engajamento propício para receber turistas e visitantes, prontamente os resultados no tocante ao levantamento da oferta turística indicaram que os municípios de Martinópolis, Presidente Prudente e Venceslau apresentam uma possibilidade superior de suportar e atender a vinda de visitantes semanalmente.

Além da população flutuante ou adicional que é atraída em detrimento das penitenciárias, ao analisar o único plano diretor turístico da região em estudo (Martinópolis) distinguimos que os visitantes se tornaram invisíveis no olhar do turismo municipal local, possivelmente os gestores públicos encontraram dificuldades em lidar com este fluxo, realidade que não deve ser exclusiva neste município. Presidente Bernardes por exemplo, é a cidade com a maior população carcerária entre os demais, e não apresentou nenhuma organização turística e a oferta detectada é limitada, a qual culmina à falta de atendimento planejamento a atender o público visitante.

A primeira fase de levantamento da oferta turística da região culmina a percepção prévio da realidade, sendo assim, é necessário o conhecimento sobre detalhes do fluxo, no sentido de realizar visita de campo e utilizar outras metodologias do turismo. Levando em conta o recorte de análise da proposta, estes resultados subsidiam uma próxima etapa de pesquisa que irão contribuir para novas as reflexões a respeito do desenvolvimento do turismo no Estado de São Paulo.

O grupo de visitantes dessas cidades que foram pesquisadas não faz turismo, todavia utilizam os serviços turísticos. Diante do público crescente estar visitando essas unidades prisionais, há possibilidade de trabalhar também o lazer, uma vez visualizado horas de ócio após o horário de visita e isso, reverbera nestes municípios o que poderia estar sendo um objeto de aplicação dos bacharéis em turismo.

Por fim, a partir de uma atuação responsável, os profissionais e pesquisadores do turismo podem adotar novas estratégias de planejamento possibilitando uma visão de melhoria da qualidade dos serviços para várias demandas da sociedade, incluindo o

público que visita as unidades carcerárias, as oportunidades surgem tanto na criação de empreendimentos e postos de trabalho, e também no olhar do gestor em respeito a melhoria de atendimento ao cliente e idealizar projetos e ações que amparem os visitantes potenciais aos atrativos turísticos, já que os mesmos já se utilizam de serviços diretamente relacionados a atividade turística.

## REFERÊNCIAS

BARRETO, Margarita. Manual de iniciação ao estudo do turismo. Campinas: Papirus, 1995.

BRASIL. **Programa de Regionalização do Turismo**. 2019. MTUR. Disponível em: <2019>. Acesso em: 25 abr. 2019.

CABRAL, Y. T; MEDEIROS, B. A. D. **A família dos presos: efeitos da punição sobre a unidade familiar**. Transgressões, cidade, v. 2, n. 1, p. 50 – 71. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/transgressoes/article/view/6652/5149> acesso em: 28 de abril de 2019.

CESCON, F.; BAENINGER, R. “ ‘Cidades carcerárias’: migração e presídios em regiões de São Paulo.” in Anais do XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu. 2010. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/2328> acesso em: 20 de abril de 2019.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. Métodos e técnicas de pesquisa em turismo. São Paulo: Futura, 1998.

G1. **Administração Penitenciária de SP abre concurso para 1.034 vagas**. 2017. Disponível em: <[http://g1.globo.com/concursos-e-emprego/videos/t/concursos/v/administracao-penitenciaria-de-sp-abre-concurso-para-1-034-vagas/5890022/?mais\\_vistos=1](http://g1.globo.com/concursos-e-emprego/videos/t/concursos/v/administracao-penitenciaria-de-sp-abre-concurso-para-1-034-vagas/5890022/?mais_vistos=1)>. Acesso em: 30 abr. 2019.

G1. **Construção de penitenciária deve movimentar economia em Riversul**. 2019. G1 Itapetininga e Região. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/itapetininga-regiao/noticia/2019/03/22/construcao-de-penitenciaria-deve-movimentar-economia-em-riversul.ghtml>>. Acesso em: 28 abr. 2019.

GÓES, E; MAKINO, R. L. **As unidades prisionais do Oeste Paulista: implicações do aprisionamento e do fracasso da tentativa da sociedade de isolar por completo parte de si mesma**. **Terra Livre**, São Paulo, Ano 18, n.19, p.163-173, 2002. Disponível em: <http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/189/173> acesso em 28 de abril de 2019.

GOVERNO, Portal do. Presídios geram negócios e empregos no interior de SP. 2011. Disponível em: <<http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/na-imprensa/presidios-geram-negocios-e-empregos-no-interior-de-sp/>>. Acesso em: 01 maio 2019.

HERZER, Rodrigo; LESCURA, Carolina; FONSECA FILHO, Ari. **O bacharel em turismo e a gestão pública municipal: uma discussão dos concursos público nos estados de MG, RJ e SP.** Disponível em: <https://www.anptur.org.br/anais/anais/v.13/DFP3/571.pdf> acesso em: 01. maio. 2019.

MARIANA Weickert conhece famílias de detentos. Realização de Rede Bandeirantes. São Paulo: Bandeirantes, 2015. (7 min.), son, color. Legendado. Disponível em: <<http://entretenimento.band.uol.com.br/aliga/2015/episodio/100000748468/15455969/1-mariana-weickert-conhece-familias-de-detentos.html>>. Acesso em: 02 abril. 2019.

NETTO, A. P. O que é turismo. São Paulo: Brasiliense, 2010.

NOVO, C. B. M. C; SILVA, G. T. Planejamento e organização do turismo. Manaus: Centro de Educação Tecnológica do Amazonas, 2010. Disponível em: [http://redeetec.mec.gov.br/images/stories/pdf/eixo\\_hosp\\_lazer/061112\\_planej\\_org\\_tur.pdf](http://redeetec.mec.gov.br/images/stories/pdf/eixo_hosp_lazer/061112_planej_org_tur.pdf) acesso em: 28 de abril de 2019.

Plano Diretor de Turismo do Município de Presidente Venceslau – SP Oeste do Estado de São Paulo – Brasil. Disponível em: [https://total.eco.br/docs/doc\\_pmpv\\_pddt2017\\_001.pdf](https://total.eco.br/docs/doc_pmpv_pddt2017_001.pdf) acesso em: 24 de abril de 2019.

População no último censo: IBGE, Censo Demográfico 2010.

São Paulo. Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo - SAP. São Paulo. Disponível em: <http://www.sap.sp.gov.br/>.

TURISMO. Recursos do Dadetur 2018. Disponível em: <[http://www.turismo.sp.gov.br/publico/noticia\\_tour.php?cod\\_menu=102](http://www.turismo.sp.gov.br/publico/noticia_tour.php?cod_menu=102)>. Acesso em: 30 abr. 2019.

ZOMIGHANI, J. H. cartografias da interiorização penitenciária no estado de São Paulo. verve, 25: 109-128, 2014. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/view/30688> acesso em: 01/05/2019.